



Revista Katálysis

ISSN: 1982-0259

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

Pessoa, Mayara Lustosa Silva; Borges, Josefa Lusitânia de Jesus
Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo
Revista Katálysis, vol. 21, núm. 3, 2018, Setembro-Dezembro, pp. 544-553
Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Curso de Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina

DOI: 10.1590/1982-02592018v21n3p544

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=179659699010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais informações do artigo
- Site da revista em redalyc.org

redalyc.org
UAEM

Sistema de Informação Científica Redalyc

Rede de Revistas Científicas da América Latina e do Caribe, Espanha e Portugal

Sem fins lucrativos acadêmica projeto, desenvolvido no âmbito da iniciativa
acesso aberto

ESPAÇO TEMÁTICO: SERVIÇO SOCIAL: GÊNERO, RACA/ETNIA, GERAÇÕES E SEXUALIDADE

Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo

Mayara Lustosa Silva Pessoa¹<https://orcid.org/0000-0002-6533-6272>**Josefa Lusitânia de Jesus Borges¹**<https://orcid.org/0000-0003-3313-9976>

¹Universidade Federal de Sergipe, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, São Cristóvão, SE, Brasil

Questões e tensões: alguns paradoxos do feminismo

Resumo: O presente texto apresenta, a partir de pesquisa qualitativa e bibliográfica, alguns paradoxos e contradições que perpassam a teoria feminista, expondo certas divergências que emergem dentro do movimento, bem como algumas questões levantadas pelas próprias feministas. Mapeando tais contrassensos, alguns até já superados, busca-se possibilitar uma reflexão a respeito dos avanços e retrocessos do feminismo, a fim de contribuir na discussão sobre esse importante movimento que constantemente se redefine e se transforma, acompanhando o percurso sócio-histórico. Inicialmente, situam-se o conceito e a história do feminismo e de categorias centrais em seu discurso, como gênero e patriarcado. Seguem-se então considerações de diferentes estudos para, por fim, elucidar melhor a constante necessidade de discutir e repensar o projeto do feminismo, tendo em vista a superação de seus entraves. Com o estudo foi possível identificar diversas vertentes, tanto teóricas quanto práticas, que foram se construindo através das várias décadas de movimento e que destoavam entre si em seus discursos e interpretações, ressaltando a heterogeneidade do feminismo.

Palavras-chave: Paradoxos. Feminismo. Divergências. Teoria feminista.

Questions and tensions: paradoxes of feminism

Abstract: This work presents, from qualitative and bibliographic research, some paradoxes and contradictions that pervade feminist theory, exposing certain divergences that emerge within the movement, as well as some questions raised by feminists themselves. Mapping these contradictions, some of which have already been overcome, the aim is to enable a reflection on the advances and setbacks of feminism. This in turn will contribute to the discussion of this important movement in constant transformation throughout the socio-historical course. First, the article presents the concept and history of feminism, as well as the central categories in its discourse, including genre and patriarchy. This is followed by considerations from different studies to finally elucidate the constant need to discuss and rethink the project of feminism in order to overcome its obstacles. Finally, it was possible to identify several aspects, both theoretical and practical, that were constructed over several decades of the movement and which differ in their discourses and interpretations, highlighting the heterogeneity of feminism.

Keywords: Paradoxes. Feminism. Divergences. Feminist theory.

Recebido em 09.01.2018. Aprovado em 25.05.2018. Revisado em 13.06.2018.



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

As distintas teorias e vertentes de pensamento que são elaboradas ao longo do tempo não se constituem em verdades absolutas, mas antes, tentativas de explicar os fenômenos que nos cercam; modos diferentes de interpretar o mundo e seus conflitos. É bem verdade que a forma como problematizamos os assuntos reflete muito de nosso próprio acúmulo pessoal e teórico e rebate nas questões políticas e profissionais ao nosso redor. Logo, na intenção de desvelar o real torna-se válido estabelecer diálogos entre diferentes ideias e se abrir para novas compreensões a fim de progredir na construção do conhecimento. Dessa forma, busca-se aqui pontuar algumas das principais questões do pensamento feminista, que surgem a partir de diferentes vertentes, de modo a contribuir na elaboração do conhecimento que se efetiva à medida que nos confrontamos com diferentes concepções.

Com o estudo da trajetória e da epistemologia feminista, definida por Matos (2008) como uma teoria do conhecimento que enfatiza o pluralismo e o multiculturalismo emancipatório, é possível identificar diversas vertentes, tanto teóricas quanto práticas, que foram se construindo através das várias décadas de movimento e que destoam entre si em alguns pontos de seus discursos e interpretações, o que demonstra a heterogeneidade do feminismo. Problematicizar e dialogar com essas diferentes linhas de pensamento que emergem dentro do próprio movimento se constitui instrumento para melhor compreensão das propostas e das dificuldades do mesmo.

Dessa forma, aqui se propõe um estudo, ainda que breve, que permita visualizar algumas contradições e paradoxos da “imaginação feminista”. (FRASER, 2007, p. 292). Na busca de uma melhor compreensão, utiliza-se abordagem qualitativa e pesquisa bibliográfica, construindo um diálogo entre autores como Cruz, Duarte, Farah, Fraser, Lisboa, Safiotti, Scott e Segato. O percurso do argumento desse trabalho inicia com reflexões sobre a história do feminismo em suas distintas gerações, habitualmente conhecidas como *ondas* (DUARTE, 2003), e com conceituações de algumas de suas principais categorias, dentre as quais se destacam gênero e patriarcado. Em seguida, discute-se especificamente sobre determinados paradoxos da teoria feminista, tendo-se selecionado alguns dos mais recorrentes, relacionados à concepção de igualdade e diferença, identidade feminista e à dualidade público/privado.

Seguem-se as considerações finais retomando algumas das questões problematizadas na intenção de que, tendo visualizado um pouco do movimento das concepções feministas e de seus diferentes enfoques, possa o leitor ser introduzido à compreensão da diversidade do feminismo, contribuindo para melhor identificação de suas diferentes correntes.

Caminhos do feminismo: diversidade e divergências

Vários autores já buscaram conceituar o feminismo, tarefa que pela própria dinamicidade inerente ao movimento torna-se muitas vezes difícil. Para Lisboa (2010, p. 69), o movimento feminista “[...] é um movimento sociocultural, que luta por justiça e equidade nas relações entre homens e mulheres e, sobre tudo, luta para garantir os direitos humanos, principalmente o das mulheres em função do alto nível de violência e discriminação que padecem”. Nesse mesmo sentido, para Lima (2012, p. 5), o feminismo “[...] indica historicamente conjuntos variados de teorias e práticas centradas em volta da constituição e da legitimação dos interesses das mulheres”.

No que tange à história feminista, foi marcada por diferentes momentos que confluíram para a formação do feminismo contemporâneo. Para melhor entendimento, esse percurso foi didaticamente divido por Duarte (2003), a partir do estudo da literatura feminista brasileira, em quatro etapas, as quais ficaram notadamente conhecidas como *ondas*, sendo uma expressão que alude ao caráter dinâmico do movimento, constituído por momentos de fluxo e refluxo, ápices e calmarias. Para a autora, o feminismo transformou as relações entre homens e mulheres e conquistou diversas vitórias, ampliando os direitos femininos, mas apresenta, como derrota, o fato de “[...] não ter conseguido se impor como motivo de orgulho para a maioria das mulheres”.

[...] ao mesmo tempo em que se pode notar descontinuidades na história do feminismo, é possível também refletir sobre as novas características que o movimento tem assumido recentemente, bem como visualizar os contornos das possibilidades de avanço [...]

(DUARTE, 2003, p. 151), bem como ter permitido que “[...] as novas gerações desconheçam a história das conquistas femininas” (DUARTE, 2003, p. 152), além da atual acomodação da militância do movimento.

Segundo a autora, a primeira onda se daria a partir do começo do século XIX, caracterizando-se pela luta em favor do direito das mulheres a ler e a escrever, ou seja, defendia-se o acesso feminino à educação. A segunda onda, por volta de 1870, se destacaria pela ampliação dessa linha educacional e “[...] principalmente pelo espantoso número de jornais e revistas de feição nitidamente feminista”. (DUARTE, 2003, p. 156). Já no século XX, a terceira onda “[...] se inicia com uma movimentação inédita de mulheres mais ou menos organizadas, que clamam alto pelo direito ao voto, ao curso superior e à ampliação do campo de trabalho”. (DUARTE, 2003, p. 160). A quarta onda, por sua vez, se configuraria a partir de 1970 com uma revolução sexual, debatendo-se a respeito da sexualidade, direito ao prazer e ao aborto.

Apesar de, em linhas gerais, ser possível identificar esses momentos no feminismo brasileiro, a própria autora afirma que essas lutas nem sempre se deram de modo hegemônico dentro do movimento, pois

Além de um feminismo burguês e bem comportado que logrou ocupar a grande imprensa, com suas inflamadas reivindicações, viu ainda emergir nomes vinculados a um movimento anarco-feminista, que propunham a emancipação da mulher nos diferentes planos da vida social, a instrução da classe operária e uma nova sociedade libertária, mas discordavam quanto à representatividade feminina ou à ideia do voto para a mulher. (DUARTE, 2003, p. 160).

Sob outra perspectiva, a partir da própria experiência vivenciada, Correa (2001) também reflete sobre o percurso do feminismo no Brasil e afirma que o movimento se desenvolveu articulado a vários outros, o que tornava difícil uma única caracterização do perfil das feministas da época, uma vez que dentro do próprio movimento havia dissensões políticas e interesses divergentes, tornando-o heterogêneo. Em tempos de ditadura militar, encontravam na academia espaço privilegiado para crítica e discussão dos movimentos sociais, embora a consequente aproximação com outras temáticas, como a de raça, tenha descentralizado os debates de gênero.

Fraser (2007) também identifica diferentes etapas na história do feminismo, dessa vez com um olhar internacional, mostrando de modo amplo, global e dinâmico a correlação do desenvolvimento feminista com as configurações econômicas que foram se desenrolando em todo mundo, reconhecendo pelo menos três enfoques principais: 1) *Redistribuição*: quando novos movimentos sociais eclodiram e as feministas centralizaram as lutas em torno da equidade social. Conforme a autora, esta fase marca o período que se segue à Segunda Guerra Mundial, estando relacionada ao imaginário social-democrata vigente que enfatizava a redistribuição entre as classes; 2) *Reconhecimento*: período posterior à crise do *Welfare State*¹, relacionava-se à busca por mudanças culturais e respeito às diferenças, na luta contra hierarquias, com uma tendência de subordinar lutas sociais às lutas culturais e 3) *Representação*: ligada à globalização, fase que denota a intenção feminista de reformar o direito internacional, alcançando uma representação transnacional para suas lutas.

Em sua análise, Fraser (2007) afirma que a primeira e a segunda fase identificadas percorreram caminhos isolados e ressalta que “[...] ao invés de chegar a um paradigma maior e mais rico que incluísse tanto a redistribuição quanto o reconhecimento, nós efetivamente trocamos um paradigma truncado por outro”. (FRASER, 2007, p. 297). Contudo, a autora salienta quanto à terceira fase que “[...] o feminismo transnacional está reconfigurando a justiça de gênero como um problema tridimensional, no qual redistribuição, reconhecimento e representação devem ser integrados de forma equilibrada”. (FRASER, 2007, p. 305). Diante de tal percepção, ao mesmo tempo em que se pode notar descontinuidades na história do feminismo, é possível também refletir sobre as novas características que o movimento tem assumido recentemente, bem como visualizar os contornos das possibilidades de avanço que se apresentam no contexto atual de um mundo globalizado.

Desde o início interesses diferentes se entrecruzavam dentro de um mesmo objetivo comum, que era a ampliação dos direitos da mulher e, conforme Lisboa (2010, p. 69), “[...] diferentes circunstâncias históricas moldaram diferentes concepções feministas [...] liberal, socialista, radical, pós-moderna e outras”. Para Nussbaum (2000, p. 290 apud LIMA; ROSA, 2014, p. 59), é possível ainda perceber certa bifurcação do debate feminista quanto à sua própria essência, pois “[...] para um grupo [...] a essência do feminismo é uma crítica da dominação sexual” e “[...] para outro grupo [...] a essência do feminismo é uma crítica da dependência econômica das mulheres”. Na mesma tônica, ao aventar sobre a variedade da pesquisa qualitativa feminista, pontua-se que:

Os feminismos compartilham de diferentes orientações teóricas e pragmáticas, refletindo contextos nacionais nos quais as agendas feministas apresentam muitas diferenças [...] Além do mais, dentro das mesmas alas de pesquisa feminista existem discordâncias quanto a questões que vão desde o modo como lidar com as vozes até como preparar a pesquisa para seu uso em políticas. (OLESEN, 2006, p. 220).

Segundo Saffiotti (1987, p. 112), não é possível falar em feminismo no singular. Para ela, “[...] pessoas com diferentes filiações político-ideológicas são partidárias de distintos feminismos”. Na sequência, a autora identifica pelo menos cinco tipos de enfoques: conservantismo, liberalismo, marxismo dogmático, feminismo radical e feminismo socialista, posicionando-se a favor de um feminismo que não ataca os homens e não os coloca em oposição às mulheres, antes os humaniza, examinando também as consequências que recaem sobre eles das discriminações feitas às mulheres.

Para compreender melhor essas e outras assimetrias que se desenvolvem no interior do movimento em tela, bem como sua grande diversidade, considera-se necessário ainda conceituar algumas das categorias que mais aparecem na argumentação feminista e que se relacionam às reivindicações contra a dominação sexual: gênero e patriarcado – conceitos também destacados por Cruz (2005), que os apresenta como parte das principais matrizes teóricas dos estudos feministas.

Gênero e patriarcado

Sem dúvida a construção e elucidação dos conceitos de gênero e patriarcado foram centrais no desenvolvimento da teoria feminista. Para Bandeira (2005, p. 7) “[...] entende-se por gênero o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada”. Dallago (2010, p. 25), por sua vez, explica que relações de gênero são “[...] relações entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens, as quais são determinadas pelo contexto econômico, social e político, relações construídas historicamente e dialeticamente que se manifestam de formas diferentes em cada época e lugar”.

Assim, a categoria gênero remete às concepções socialmente construídas em torno dos significados de *ser homem* ou *ser mulher*, sendo um termo utilizado pelas feministas para teorizar a questão da diferença sexual, contribuindo para repensar o caráter fundamentalmente social e cultural das distinções baseadas no sexo, contrariando a naturalização (FACINA; SOHEIT, 2004). Dessa forma, segundo Pedro e Guedes (2010, p. 3) “[...] é possível afirmar que os papéis designados a homens, ou a mulheres, não são atribuições naturais ou biológicas, mas sim construídos de acordo com as necessidades socioeconômicas de cada sociedade”.

Para alguns autores, o uso do termo foi, inclusive, uma estratégia para facilitar a assimilação do debate feminista no meio acadêmico, por se tratar de uma palavra mais palatável à comunidade científica (COSTA; SARDENBERG; VANIN, 2010). A introdução do conceito de gênero marca o movimento feminista no Brasil, inaugurando uma fase onde se passa a valorizar mais a diversidade e a afirmação política das diferenças. Já com relação à legitimação do gênero como campo científico válido, Matos (2008) afirma que o mesmo é marcado por um conjunto nem sempre unificado de agentes, mas que por isso mesmo assumiu um caráter amplo de contestação da epistemologia ocidental.

Assim, dentro do próprio debate sobre gênero há também diferentes enfoques, sendo possível identificar, resumidamente, três abordagens principais, conforme Scott (1990, p. 9):

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.

Nesse mesmo sentido Louro (1996 apud POURGY, 2012), ao tratar sobre o conceito de gênero, caracteriza-o como polissêmico, ressaltando sua instabilidade por se tratar de um assunto constantemente contestado e em construção. Os variados estudos transversais derivados da temática de gênero também ratificam essa heterogeneidade, como comprova Albuquerque (2007, p. 7, grifo da autora), por exemplo, que em seu estudo sobre a divisão do trabalho social relacionado à categoria gênero afirma que nas ciências sociais “[...] o conceito de divisão sexual do trabalho não é uno e inequívoco, existindo duas teorias ideologicamente e epistemologicamente opostas”². Fica evidente, portanto, que a temática do gênero abarca em seu debate diferentes interesses e concepções, que se transformam a partir das condições sócio-históricas e que se moldam a distintos posicionamentos teóricos. Nessa direção,

A análise das relações sociais de gênero fundamenta-se na compreensão de que as distinções entre trabalhadores mulheres e homens são resultado de construções culturais, são produto da cultura e não decorrem

de dados biológicos. Por conseguinte, a dominação com base no princípio patriarcal veiculada pela difusão da valorização da figura masculina, encontra suas origens e sua função na cultura atual. (CRUZ, 2005, p. 1).

Dessa forma, como fruto das relações sociais de gênero chega-se aqui à noção de sistema patriarcal, entendendo que na abordagem feminista, assim como a categoria de gênero, o patriarcado trata-se de um conceito elaborado socialmente, negando-se assim sua naturalização. Para Castells (1999, p. 169), “O patriarcalismo é uma das estruturas sobre as quais se assentam todas as sociedades contemporâneas. Caracteriza-se pela autoridade, impõe institucionalmente, do homem sobre mulher e filhos no âmbito familiar”. Follador (2009), por sua vez, sintetiza o conceito de patriarcado como modelo social onde a dominação é exercida apenas por homens. Este modelo, entretanto, tem sido fragilizado ao longo do tempo, sendo que no Brasil, segundo a mesma autora, a exigência de submissão, recato e docilidade imposta às mulheres foi se transformando paulatinamente, influenciando nesse processo a vinda da Família Real e as mudanças socioeconômicas.

Pinheiro (2008) subscreve ao dizer que no modelo patriarcal o homem é tido como chefe da casa, sendo responsável pelo trabalho remunerado e exercendo autoridade sobre a mulher e os filhos, mas que devido às mudanças na organização social, a sociedade requer uma nova forma de referência e hoje, os papéis sexuais não estão mais tão claramente definidos, sendo passíveis de serem revistos. Num contraponto, para Saffiotti (1987), mesmo que se constatem alterações no sistema patriarcal é necessário olhar para as práticas e falas corriqueiras da sociedade, afirmando que é dentre os homens e mulheres anônimos que a história é feita – não a oficial, registrada pelos poderosos, mas antes a *popular*, onde verdadeiramente se reproduzem as relações patriarcais. Lisboa (2014, p. 42) argumenta de modo semelhante, dizendo que “[...] essa correlação de forças está presente em todo o contexto sociocultural, incluindo as instituições hierárquicas e patriarcais, as normas culturais sexistas e racistas e a forma como fomos socializados”.

Desvelar o sentido de gênero contribui para o entendimento de patriarcado, entendendo-o “[...] como um sistema sexual de poder no qual o homem possui superioridade e privilégio econômico, social e político”. (MOREIRA et al., 2006, p. 3). Outras categorias relacionadas a estas poderiam ser mais bem explicitadas aqui, como o conceito de empoderamento ou de poder³, mas em linhas gerais considera-se que gênero e patriarcado constituem-se em pontos chaves para a discussão ora proposta. Indicadas estas bases conceituais da teoria feminista e tendo apresentado, ainda que genericamente, um pouco da diversidade contida em suas principais matrizes teóricas, passa-se então a considerar alguns dos contrassenso mais recorrentes nas discussões de gênero.

Paradoxos no feminismo

O tratamento social diferenciado que é estabelecido entre os sexos, como pontuado anteriormente, sempre esteve no centro do debate feminista, uma vez que privilégios eram concedidos aos homens a partir de determinantes meramente sexuais. Ao se deparar com essa desigualdade, a teoria feminista necessitou responder à seguinte questão: reivindica-se igualdade no trato para ambos os sexos ou busca-se o reconhecimento das diferenças, com tratamento preferencial numa perspectiva compensatória? E ainda, como garantir igualdade com respeito às diferenças? (LISBOA, 2010).

Mariano (2005, p. 4) pontua que esta questão é conhecida entre as teóricas feministas como o “dilema da diferença” e reflete sobre a necessidade de defender as diferenças sem reforçar práticas discriminatórias, tendo em vista que a ideia dos diferentes muitas vezes pressupõe hierarquia. No decorrer da discussão, a partir de Scott, a autora rejeita a escolha entre igualdade ou diferença, como sendo opostos entre si, mas ressalta a importância de não ocultar as distinções e de pensar em termos de pluralidades. Para Matos (2008, p. 338), num primeiro momento, o feminismo “[...] batalhava pela afirmação da condição fundamental e democrática da igualdade [...]”, passando depois a valorizar “[...] significativamente mais o diferencialismo e a afirmação política das diferenças”. Nesse sentido, explica-se:

Proponentes da “diferença” têm exitosamente mostrado que estratégias de igualdade tipicamente pressupõem “o masculino como norma”, desfavorecendo dessa forma as mulheres e impondo um padrão distorcido sobre todos. Igualitaristas têm argumentado também convincentemente, entretanto, que as abordagens da diferença tipicamente apoiam-se em noções essencialistas de feminilidade, reforçando assim estereótipos existentes e confinando as mulheres dentro das divisões de gênero existentes. (FRASER, 1994, p. 44 apud LIMA; ROSA, 2014, p. 64).

Segundo Bandeira e Batista (2002), o problema das diferenças aparece quando socialmente se atribui um valor negativo à diferença do outro, caracterizando o preconceito. Logo, apesar das discordâncias

teóricas apresentadas, fica claro que a defesa da igualdade das pessoas e dos grupos sociais é salutar quando a diferença lhes é prejudicial e os inferioriza, bem como o direito à diferença é imprescindível quando a igualdade descharacteriza os sujeitos em suas particularidades. Assim, por exemplo, mesmo que todas as mulheres nos diferentes espaços sejam alvo de violência social, conforme discute Oliveira (2010), seria necessário atentar às especificidades de cada uma, diferenciando-as, já que os determinantes das desigualdades entre os sexos podem se somar a outros fatores, como no caso das discriminações raciais ou por distribuição de renda (BIDERMAN, 2004).

Toda essa discussão não fica restrita ao campo teórico, antes repercute no atendimento às mulheres e na construção de políticas públicas, como ressalta Farah (2004), ao dizer que o movimento feminista contribuiu para a discriminação de temas ligados às mulheres, incluindo a questão de gênero na agenda pública. Segundo esse entendimento, políticas públicas foram construídas de modo a abarcar diferentes mulheres em seus variados contextos, estando elucidado, inclusive, no Plano Nacional de Políticas para as Mulheres que se faz necessário “[...] afirmar as diferenças para promover a igualdade”. (BRASIL, 2005, p. 6). Assim:

Na verdade, ao se desenharem programas dirigidos especificamente às mulheres [...] o que se enfatiza é a necessidade de inclusão no espaço da cidadania de um segmento até então invisível, o que requer, ao menos em um primeiro momento, políticas específicas ou ações que privilegiem mulheres [...] envolve uma ‘discriminação positiva’, processo designado por Norberto Bobbio como ‘multiplicação de direitos por especificação’. (FARAH, 2004, p. 56).

Essa discussão sobre igualdade e diferença leva a outro paradoxo da epistemologia feminista, apontado por Butler (2003, p. 10) que discute sobre qual identidade o feminismo pretende representar e questiona “[...] até que ponto o esforço para focalizar uma identidade comum como fundamento para uma política feminista impede uma investigação radical sobre as construções e as normas políticas da própria identidade?” Facina e Soheit (2004, p. 10) afirmam que

[...] após uma crença inicial numa possível identidade única entre as mulheres, firmou-se a certeza na existência de múltiplas identidades. Decorreu daí a fragmentação de uma ideia universal de ‘mulheres’, por classe, raça, etnia, geração, sexualidade etc., associada a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista.

Aprofundando esses pontos, poder-se-ia questionar ainda qual mulher tem sido defendida e problematizada nos estudos feministas, tendo em vista que no caminho do movimento e principalmente após a incorporação do conceito de gênero, a própria categoria *mulher* foi sendo desconstruída. Dessa forma, desmontar a premissa do determinismo biológico teria relativizado o conteúdo do *ser mulher*, ao se defender que elas são produtos sociais e culturais, desestabilizando assim um fundamento de mulher para a luta por políticas que possam ser válidas em várias nações e culturas. Sobre isso, discorre-se que

Coloca-se, aí, um paradoxo, porque o feminismo, enquanto movimento social de escopo universal na sua reivindicação dos direitos humanos das mulheres necessita afirmar a existência de alguma entidade ou categoria social, uma forma estável de “mulher” e do feminino que atravessa as sociedades, um conjunto de experiências específicas associadas a significantes anatômicos fixos. Esta vertente [...] na verdade, dificulta a possibilidade de se falar de uma mulher, porque afirma a absoluta relatividade das construções de gênero [...] então, onde nós vamos observar aquilo que sejam, em última instância, o masculino e o feminino, se eles constituem arcabouço ideal [...] nunca sendo realidades concretas? (SEGATO, 1997, p. 10-11)

Na sequência, a mesma autora pontua que as mulheres se direcionam nessa perspectiva antideterminista para mostrar que possuem potencialidades de ser e desejarem o que quiserem, mas em contrapartida, sem *essencializar* essa mulher, o movimento pode perder a unidade. Contudo, nessa mesma consideração, Segato (1997) afirma que a subordinação feminina, como um fenômeno reproduzido mundialmente, constituiria o ponto comum para vincular as experiências femininas nos vários países, o que é ratificado por Castells (1999, p. 219), ao dizer que mesmo com as tensões intrínsecas do movimento feminista – originadas, entre outras coisas, por ter se expandido entre classes e grupos distintos, gerando falta de clareza quanto à autodefinição feminista – “O feminismo tornou-se a palavra comum [...] contra todas as causas da opressão feminina [...]”.

Nesse contexto, após muita luta, estando as mulheres cada vez mais conquistando lugar e representação na esfera pública, cabe por fim ressaltar ainda, mais um paradoxo da teoria feminista: se o

movimento tem lutado para que as mulheres apareçam cada vez mais no espaço público, então significa que o campo privado está numa condição de menor importância na condução da vida social? E se é assim, o que fazer com milhares de mulheres que mesmo recolhidas ao âmbito do lar fazem e fizeram parte da história? Como medir ou valorar o trabalho indispensável que elas desempenham por séculos? Dever-se-ia invisibilizá-las enquanto sujeitos históricos ou desvalorizar o seu trabalho por não terem aparecido nas grandes cenas públicas?

É o que Facina e Soihet (2004) discutem ao refletir sobre a historiografia e a importância das memórias das mulheres na construção da história. Utilizando as ideias de Scott (1990), as autoras destacam que o aprofundamento da análise de gênero pode fazer emergir uma nova história que oferecerá novas perspectivas às velhas questões à medida que traz à tona experiências femininas outrora marginalizadas. Para tanto, seria necessário uma ressignificação do espaço privado, conferindo mais evidência aos domínios de maior participação feminina, compreendendo que também nesse âmbito se desenvolvem relações de poder, já que *o pessoal é político*⁴, bem como que nele estão presentes elementos indispensáveis à reprodução da vida social. As autoras pontuam ainda que não se pode apreender a história numa oposição entre o privado e o público, mas perceber estes espaços em sua unidade e interação. Nesse sentido, esclarecem:

Destinadas à esfera privada, por longo tempo, elas estiveram ausentes das atividades consideradas dignas de serem registradas para o conhecimento das futuras gerações. No caso dos arquivos privados, estes se revelavam mais generosos [...]. As cartas e os diários íntimos são exemplos de outros registros femininos que, quando encontrados, são da maior importância para descontar o universo feminino [...]. As obras literárias e a escrita religiosa – católica ou protestante – também aparecem como formas significativas de expressão feminina. Além disso, as mulheres, com sua enorme habilidade para guardar os objetos pessoais, fotografias, conservar e transmitir as histórias vividas [...] têm-se destacado como ‘guardiãs da memória’. (FACINA; SOHEIT, 2004, p. 15-16).

A divisão dicotômica do mundo não se dá apenas com relação a homem/mulher ou público/privado, mas também quanto à produção/reprodução, numa articulação que deriva dessas outras dualidades e reflete no mundo do trabalho “[...] no qual, coube ao homem o espaço da produção e do domínio público e à mulher, o espaço da reprodução e a esfera privada”. (LIMA, 2012, p. 6). Para Poug (2012, p. 164), “[...] produção e reprodução são indissociáveis [...] e a unidade produção-reprodução deve ser articulada em termos de relações sociais, tendo em vista romper com as explicações biologizantes das diferenças entre práticas sociais masculinas e femininas”. Lima e Rosa (2014, p. 73), por sua vez, propõem a importância de valorizar “[...] as práticas associadas à feminilidade a ponto de requerer que também os homens as desempenhem”, sem privilegiar o papel do provedor, mas valorizando o cuidar e desmantelando a “[...] oposição por gênero entre prover e cuidar, integrando atividades atualmente separadas”. (LIMA; ROSA, 2014 p. 74).

Pensar em conferir visibilidade ao privado, ou seja, à esfera reprodutiva e ao trabalho doméstico, em suas múltiplas expressões, implica considerá-lo como domínio produtor de cuidados, sendo parte imprescindível da vida e da manutenção cotidiana de homens e mulheres. Hirata, Guimarães e Sugita (2012), ao tratarem sobre o processo de construção social do trabalho de *care*⁵, em particular do trabalho doméstico, afirmam que a profissionalização e remuneração de algumas atividades atreladas ao trabalho familiar das mulheres, como os cuidados da saúde⁶, por exemplo, teriam contribuído para a valorização do trabalho doméstico, pois, como complementa Scavone (2005, p. 103). “[...] o fato de esses cuidados femininos à saúde na família estarem associados à expressão do afeto dificulta seu reconhecimento como trabalho”.

O fato é que todas essas atividades *invisíveis* desempenhadas, majoritariamente, pelo sexo feminino no âmbito doméstico, apesar de serem derivadas das relações de dominação masculina, sempre foram essenciais para a vida social tendo, inclusive, gerado um saber próprio das mulheres, como discute Scavone (2005), não determinado biologicamente, mas antes construído na prática, na relação histórica dessas mulheres com as atribuições do cuidar. Nesse ponto, surgem mais algumas questões, ainda a partir de Scavone (2005) e Segato (1997): Como valorizar o saber feminino do cuidar sem acirrar a dominação masculina? As mulheres querem mesmo abrir mão de seus saberes acumulados? Caso sim, como fazê-lo sem perder parte de sua própria história e identidade? E mais, estão as feministas dispostas a irem até as últimas consequências de suas análises dessencializadoras e projetos de desconstrução, mesmo sem completas propostas de solução para todas as suas possíveis implicações?

Longe de pretender aqui esgotar respostas a tais contrassenso, é possível a partir desses e de outros questionamentos, problematizados pelas próprias feministas, perceber a dinamicidade inerente ao movimento, à medida que se autoavalia e confronta a si mesmo, ao mesmo tempo em que repensa as estruturas sociais, denunciando formas opressivas e discriminatórias já naturalizadas na sociedade.

Considerações Finais

Considerando o exposto e retomando as propostas elucidadas inicialmente, a intenção deste artigo foi reunir, a partir da bibliografia selecionada, alguns questionamentos com os quais o feminismo precisa ou precisou em algum momento lidar, bem como apresentar alguns paradoxos e divergências de sua teoria. O caminho trilhado pelo argumento, ainda que em poucas páginas, revelou a estas pesquisadoras um conteúdo profícuo, amplo e por vezes contraditório, demonstrando a necessidade de aprofundamento das várias questões expostas, assim como desse estudo em si. Buscou-se então congregar elementos que pudessem instigar reflexões no leitor e subsidiar novas investigações a partir dos debates condensados.

Na sequência, procurou-se apresentar resumidamente alguns traços principais do percurso histórico do feminismo e dos diferentes pontos de vista que apareceram no processo de construção do movimento, sendo possível visualizar sua heterogeneidade. Com isso, ficou evidente a rica diversidade de percepções, filiações políticas e mesmo de condições de vida que se confrontaram e foram constituindo a luta das mulheres por todo o mundo. Percebe-se, destarte, que o feminismo é um movimento peculiar quanto a sua construção, pois consegue agregar dentro de um mesmo objetivo (a defesa dos direitos da mulher) uma variedade de análises sociais, políticas, econômicas e culturais, dos mais diversos interesses e que se autoquestionam, ao mesmo tempo em que se somam e convidam todos a também serem flexíveis e moverem-se, extrapolando suas próprias fronteiras (LISBOA, 2010).

Nesse conjunto, cabe ainda citar Henning (2015), que em seu estudo sobre o termo interseccionalidade, que se refere à preocupação de entrelaçar vários modos de diferenciações sociais nas distintas abordagens feministas, destaca que

A interseccionalidade inicia um processo de descoberta, nos alertando para o fato de que o mundo a nossa volta é sempre mais complicado e contraditório do que nós poderíamos antecipar [...]. Ela não provê orientações estanques e fixas para fazer a investigação feminista [...]. Ao invés disso, ela estimula nossa criatividade para olhar para novas e frequentemente não-ortodoxas formas de fazer análises feministas. A interseccionalidade não produz uma camisa-de-forças normativa para monitorar a investigação [...] na busca de uma ‘linha correta’. Ao invés disso, encoraja a cada acadêmica feminista a se envolver criticamente com suas próprias hipóteses seguindo os interesses de uma investigação feminista reflexiva, crítica e responsável. (DAVIS, 2008, p. 79 apud HENNING, 2015, p. 98-99).

Os estudos dos conceitos de gênero e patriarcado, por sua vez, também demonstram a heterogeneidade do feminismo ao apresentar diferentes significados e definições para estas categorias, incorporando distintos debates e concepções teóricas. Como reflexo, os estudos de gênero vem ganhando caráter interdisciplinar, congregando especialistas de várias áreas (LISBOA, 2010). Sendo assim, o feminismo e seus principais debates se revelam plurais e capazes de se adaptar a diferentes contextos e de representar demandas diversificadas, afinal, como afirmam Maneschy, Siqueira e Álvares (2012, p. 730), “[...] pensar relações de gênero implica pensar as relações nas quais se incluem formas plurais com sentidos plurais, ambiguidades e contradições”.

Desse modo, com a discussão, constata-se a relevância e o impacto dos estudos feministas na sociedade, ao abarcarem debates dos mais variados. Posicionar-se entre “os feminismos” (SAFIOTTI, 1987, p. 112) requer então compreender a histórica característica de um movimento crítico e plural que, de modo geral, rejeita a escolha entre opostos e aprecia a multiplicidade. Ciente de que as questões problematizadas alimentam profundos debates, espera-se que esse levantamento, que não se deteve a exaurir todos os pontos e que certamente deixou de citar outros importantes autores e produções, possa proporcionar elementos para reflexão e incentivar análises movidas pelas inúmeras vertentes e posicionamentos feministas⁷.

Referências

- ALBUQUERQUE, V. M. dos S. Divisão sexual do trabalho: complementaridade ou conflito? *Revista Urutáguia*, Maringá, n. 13, p. 1-11, ago./nov. 2007. Disponível em: <<http://www.urutagua.uem.br/013/13albuquerque.htm>>. Acesso em:
- ALVES, T. Profissões sociais e gênero: perspectivas em torno do debate sobre serviço social e profissões femininas. *Locus Soci@l*, Lisboa, n. 2, p. 21-28, 2009. Disponível em: <<http://cesss.fch.lisboa.ucp.pt/images/site/locus-social/locus-social-n2-2009.pdf#page=17&zoom=80>>. Acesso em:
- BANDEIRA, L. *Brasil: fortalecimento da secretaria especial de política para as mulheres avançar na transversalidade da perspectiva de gênero nas políticas públicas*. Brasília: CEPAL, 2005.
- BANDEIRA, L.; BATISTA, A. S. Preconceito e discriminação como expressões de violência. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis,

- v. 10, n. 1, p. 119-141, 1. sem. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11632.pdf>>. Acesso em: 2017.
- BIDERMAN, C.; GUIMARÃES, N. A. Na ante-sala da discriminação: o preço dos atributos de sexo e cor no Brasil (1989-1999). *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 177-200, maio/ago. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23967.pdf>>. Acesso em: 2017.
- BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. *Plano Nacional de Políticas para as Mulheres*. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnmpm_compacta.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2017.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero*: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CASTELLS, M. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: _____. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p. 169-285.
- CORREA, M. Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 16, p. 13-30, 2001.
- COSTA, A. A. A. Gênero, poder e empoderamento das mulheres. In: NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER (Org.). Seminário de aprofundamento do trabalho com gênero no Pró-Gavião: textos de apoio I. Vitória da Conquista, 2000. p. 35-44. Disponível em: <<http://www.neim.ufba.br/site/arquivos/file/textosapoio1.PDF>>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- COSTA, A. A. A.; SARDENBERG, C. M. B.; VANIN, I. A institucionalização dos estudos feministas e de gênero e os novos desafios. In: ENCONTRO NACIONAL DE NÚCLEOS E GRUPOS DE PESQUISA: PENSANDO GÊNERO E CIÊNCIAS, 2., 2009, Brasília. *Anais...* Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2010. p. 57-72.
- CRUZ, M. H. S. Matrizes teóricas nos estudos de Gênero. In: _____. *Trabalho, gênero, cidadania: tradição e modernidade*. São Cristóvão: UFS, 2005.
- DALLAGO, C. S. A relação de gênero como parte constitutiva de discussão do exercício profissional do assistente social. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2010.
- DUARTE, C. L. Feminismo e literatura no Brasil. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- FACINA, A.; SOIHET, R. Gênero e memória: algumas reflexões. *Revista Gênero*, Niterói, v. 5, n. 1, p. 9-19, 2004.
- FARAH, M. F. Gênero e políticas públicas. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 47-71, jan./abr. 2004.
- FOLLADOR, K. J. A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. *Revista Fato & Versões*, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 3-16, 2009.
- FRASER, N. Mapeando a imaginação feminista: da redistribuição ao reconhecimento e à representação. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 291-308, maio/ago. 2007.
- HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: contribuições históricas e debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. *Revista de Ciências Sociais*, Fortaleza, v. 20, n. 2, p. 97-128, 2015.
- HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do care no Brasil, França e Japão. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (Org.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 79-102.
- LIMA, A. M. D.; ROSA, L. C. dos S. Equidade de gênero e welfare state pós-industrial: a contribuição de Nancy Fraser. *Temporalis*, Brasília, ano 14, n. 28, p. 57-77, jul./dez. 2014.
- LIMA, R. L. Gênero e Serviço Social. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DA ABEH, 6., 2012, Salvador. *Anais...* Salvador: Associação Brasileira de Estudos da Homocultura, 2012.
- LISBOA, T. K. Gênero, feminismo e Serviço Social – encontros e desencontros ao longo da história da profissão. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 66-75, jan./jun. 2010.
- _____. Violência de gênero, políticas públicas para o seu enfrentamento e o papel do Serviço Social. *Temporalis*, Brasília, ano 14, n. 27, p. 33-56, jan./jun. 2014.
- MANESCHY, M. C.; SIQUEIRA, D.; ÁLVARES, M. L. M. Pescadoras: subordinação de gênero e empoderamento. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 713-737, set./dez. 2012.
- MARIANO, S. A. Igualdade e diferenças nas teorias feministas. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. *Anais...* Londrina: ANPUH, 2005.
- MATOS, M. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 16, n. 2, p. 333-357, maio/ago. 2008.
- MOREIRA, M. R. de A. et al. O lugar de gênero na formação da(o) Assistente Social. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 10., 2006, Recife. *Anais...* Recife: ABEPSS, 2006. 1 CD-ROM.
- OLESEN, V. L. Os feminismos e a pesquisa qualitativa neste novo milênio. In: DEZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. *O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens*. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 219-257.
- OLIVEIRA, L. S. de. Transformações societárias, novas expressões da questão social e demandas para o Serviço Social: considerações acerca da violência contra a mulher. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 9., 2010, Florianópolis. *Anais eletrônicos...* Florianópolis: UFSC, 2010. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277782804_ARQUIVO_fazendogenero.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2017.
- PEDRO, C. B.; GUEDES, O. de S. As conquistas do movimento feminista como expressão do protagonismo social das mulheres. In: SIMPÓSIO SOBRE ESTUDOS DE GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 1., 2010, Londrina. *Anais...* Londrina: UEL, 2010. p. 1-10.
- PINHEIRO, L. J. C. O Patriarcado presente na contemporaneidade: contextos de violência. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 8., 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis: UFSC, 2008.
- POUGY, L. G. Notas sobre políticas públicas de gênero e Serviço Social. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, p. 159-174, jul./dez. 2012.

- SAFFIOTI, H. I. B. *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- SCAVONE, L. O trabalho das mulheres pela saúde: cuidar, curar, agir. In: VILLELA, W.; MONTEIRO, S. (Org.). *Gênero e Saúde: Programa Saúde da Família em questão*. São Paulo: Abrasco, 2005. p. 101-111.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.
- SEGATO, R. L. Os percursos do gênero na antropologia e para além dela. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 12, n. 2, p. 235-262, 1997.
- STROMQUIST, N. La búsqueda del empoderamiento: en qué puede contribuir el campo de la educación. In: LEÓN, M. (Org.). *Poder y empoderamiento de las mujeres*. Santafé de Bogotá: Tercer Mundo, 1997. p. 75-95.

Notas

- 1 Provisão de serviços sociais, cobrindo as mais variadas formas de risco da vida individual e coletiva enquanto direito assegurado pelo Estado à maioria da população dos países capitalistas centrais. Período também conhecido como Trinta Anos Gloriosos (LIMA; ROSA, 2014).
- 2 As duas teorias referidas são a teoria do *vínculo social* e a da *relação social*. A primeira afirma a complementaridade entre homens e mulheres e a segunda destaca a ideia de uma relação antagônica entre eles, onde há práticas de dominação do masculino sobre o feminino (HIRATA, 2002 apud ALBUQUERQUE, 2007).
- 3 Para mais informações ver Stromquist (1997) e Costa (2000).
- 4 Slogan feminista que questiona a distinção entre o público e o privado (LISBOA, 2010).
- 5 Conceito de natureza multidimensional e transversal que conota um amplo campo de ações, seja relacionado a uma inquietude afetiva pelo outro ou ao simples *tomar conta* de algo, remetendo também ao cuidado e atenção na esfera do privado, do doméstico (HIRATA; GUIMARÃES; SUGITA, 2012).
- 6 Alves (2009) discute sobre as designadas *caring professions*, profissões associadas à práticas historicamente femininas, ligadas às atribuições do cuidar, dentre as quais identifica Enfermagem e Serviço Social.
- 7 Este artigo foi desenvolvido com o apoio financeiro da Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Mayara Lustosa Silva Pessoa

may_lustosa@hotmail.com

Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

Mestranda e bolsista FAPITEC/CAPES no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Josefa Lusitânia de Jesus Borges

lusitaniaborges@gmail.com

Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (UFS)

Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe (UFS)

UFS

Cidade Universitária Prof. Jose Aloísio de Campos – Jardim Rosa Elze

Av. Marechal Rondon, s/n

São Cristóvão – Sergipe – Brasil

CEP: 49.100-000

Agência financiadora

Fundação de Apoio à Pesquisa e a Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC), em conformidade com o Edital FAPITEC/SE/CAPES Nº 12/2016.

Período de vigência: julho de 2017 a fevereiro de 2019.

Contribuições dos autores

O artigo foi concebido e construído pela autora Mayara Lustosa Silva Pessoa com a colaboração, revisão e análise da autora Josefa Lusitânia de Jesus Borges.

Aprovação por Comitê de Ética e consentimento para participação

Não se aplica.

Consentimento para publicação

Não se aplica.

Conflito de interesses

Não há conflito de interesses.